

AS PARCERIAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA E O TRABALHO PEDAGÓGICO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Siméia da Silva Carvalho *

Sandra Márcia Campos Pereira **

Relva Lopes Chaves Soares ***

RESUMO: Este trabalho objetiva identificar como as produções acadêmicas sobre as parcerias entre o público e o privado na educação básica discutem a organização do trabalho pedagógico escolar, visando responder à questão: como as produções acadêmicas (dissertações e teses) sobre as parcerias entre o público e o privado na educação básica discutem a organização do trabalho pedagógico escolar? Esta é uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura que buscou produções científicas utilizando-se o software *Parsifal*. Foram selecionadas as produções publicadas no período de 2018 a 2023 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os dados foram organizados com base na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). A maior parte das publicações encontradas são da região Sul do Brasil. As pesquisas analisadas comprovaram que a ascensão das ideias neoliberais revela não apenas uma questão econômica, mas uma mudança profunda na racionalidade que estrutura as relações sociais e políticas. Ressaltaram que a interseção entre o neoliberalismo e as parcerias entre o público e o privado na educação básica mostram a complexidade das influências políticas e econômicas na gestão educacional e o quanto as parcerias interferem diretamente na organização do trabalho pedagógico escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Parceria entre o público e o privado. Educação Básica. Trabalho pedagógico.

PARTNERSHIPS BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE IN BASIC EDUCATION AND PEDAGOGICAL WORK: A SYSTEMATIC REVIEW OF THE LITERATURE

ABSTRACT: This paper aims to identify how the academic productions over the partnership between the public and private basic education discuss the organization of the school pedagogic work. The article followed a qualitative approach, held in a bibliographical methodology. It focused on a systematic review of literature, with the *Parfisal* software, in which was searched scientific productions. Works published in a period from 2018 to 2023 were selected through the Brazilian Digital Library of Thesis and Dissertation (BDLTD). The data were organized based on the technique of Content Analysis in the perspective of Bardin (2011). The results showed a highest number of publications in the South region of Brazil, as well as researches that proved the rise of neoliberal ideas, not only as a matter of economy, but also as a deep shift of rationality that supports the social and political relations. The works emphasized how the intersection between the Neoliberalism and the public and private school partnerships shows the complexity of political and economic influences on the school management, and how much these partnerships directly interfere with the school pedagogical work organization.

KEYWORDS: Partnership between the public and private; Basic Education; Pedagogical work.

* Mestranda em Ensino pelo Programa de Pós - Graduação em Ensino PPGEn – UESB. Professora da rede municipal de ensino de Vitória da Conquista – BA. E-mail: meiajv@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0643-7245>

** Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista. Professora plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – DFCH, Bahia, Brasil. Atua nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e no programa de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Ensino (PPGEn). Coordena o Grupo de Pesquisa em Política e Gestão da Educação Básica – GEPPEB. E-mail: sandra.campos@uesb.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8811-3680>

*** Doutoranda em Ensino pelo Programa de Pós - Graduação em Ensino PPGEn - UESB/ RENOEN. Professora assistente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia -UESB, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas – DFCH, Bahia, Brasil. Atua no curso de Pedagogia, ministrando a disciplina Estágio na Educação Infantil. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política e Gestão da Educação Básica – GEPPEB. E-mail: relva.soares@uesb.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2161-950X>

Introdução

As parcerias entre o público e o privado na educação básica têm sido discutidas em produções acadêmicas de maneira mais intensa nos últimos anos, sobretudo com a ascensão das ideias neoliberais de “empresariamento generalizado da sociedade” (Gadelha, 2018, p. 227).

Utilizando-se de uma forma direta de conceituar o neoliberalismo “não apenas como uma ideologia, um tipo de política econômica” (Dardot; Laval, 2016, p.7), a linha que se pode traçar é de que mais que uma ideologia ou uma política econômica, ele é uma racionalidade que estrutura e organiza não apenas os governantes, mas também a conduta dos governados (Dardot; Laval, 2016).

Pelas bases das ideias neoliberais são apresentados os princípios do mercado que são balizadores das relações dos indivíduos e destes com as instituições e setores da sociedade que estão estabelecidos na propriedade privada, acentuando o individualismo em função de uma organização coletiva. Pode-se concluir, ainda, de acordo com Dardot e Laval (2016, p17), que o neoliberalismo pode ser definido como um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos” que determinam, por meio da concorrência, um modo de governo dos homens.

Com o estabelecimento da ordem neoliberal, tanto na esfera política quanto na esfera econômica, as parcerias entre o público e o privado se inseriram no Estado “[...] como um plano necessário para que, tanto as políticas públicas quanto a própria administração do aparelho estatal, pudessem ser dadas de maneira indissolúvel a partir da crise global da década de 70 [...]” (Faria, 2019, p. 54). No contexto histórico de crise em questão, emergiu e solidificou-se a concepção de que o Estado não deveria assumir de maneira direta a gestão dos serviços públicos sociais, preconizando a necessidade de envolvimento de empresas privadas.

Ao final da década de 1990 o Brasil promoveu sua reforma estatal e, legalmente, foi construída a ideia de que as parcerias entre o público e o privado eram essenciais para a administração dos recursos e execução dos serviços não-exclusivos do Estado, estando a educação pública também inserida. No âmbito educacional surge o envolvimento e parceria de instituições do terceiro setor com o Estado provocando uma “correlação de forças na definição do conteúdo e direção da proposta que interferem diretamente nas práticas pedagógicas e de gestão, no chão da escola” (Peroni; Oliveira, 2019, p. 38). Diante do exposto, o estudo em tela busca evidenciar o que as produções acadêmicas têm discutido acerca do envolvimento do terceiro setor¹ na esfera pública, notadamente na educação e como se configura essa interferência na organização do trabalho pedagógico escolar. Para tanto, foi traçado um caminho que partiu da compreensão de como as produções acadêmicas sobre as parcerias entre o público e o privado na educação básica têm discutido a organização do trabalho pedagógico e para isso, foi escolhido como

¹ Terceiro Setor é compreendido como o setor da sociedade no qual atuam organizações sem fins lucrativos, voltadas para a produção ou a distribuição de bens e serviços públicos (Smith,1991).

recorte temporal o período entre 2018 e 2023², sob a forma de uma revisão sistemática. Assim, a questão que orienta este trabalho é: como as dissertações e teses sobre as parcerias entre o público e o privado na educação básica publicadas no período 2018-2023 discutem a organização do trabalho pedagógico escolar? E com o propósito de responder a essa questão, o objetivo elaborado foi: identificar como as produções acadêmicas sobre as parcerias entre o público e o privado na educação básica discutem a organização do trabalho pedagógico escolar.

Percurso metodológico

A revisão sistemática é definida por Kitchenham e Charters (2007, p. 2) como: [...] uma forma de estudo secundário que utiliza uma metodologia bem definida para identificar, analisar e interpretar todas as evidências disponíveis a respeito de uma questão de pesquisa particular de maneira imparcial e repetível.

Portanto, o percurso metodológico que conduz esse tipo de trabalho deve ter máximo rigor a fim de selecionar as bibliografias confiáveis, seguindo etapas bem delineadas. O software *Parsifal*³ foi utilizado para a seleção das produções acadêmicas por possibilitar planejar e extrair dados seguindo passos bem definidos a partir do objetivo, questão de pesquisa, população, intervenção, comparação, resultado e contexto (PICOC), descritores e booleanos. Por meio desse software, foi possível localizar e catalogar as produções que atendiam ao seguinte protocolo: produções publicadas em um período de 2018 a 2023, pois esse período temporal aproxima-se do momento em que o objeto de estudo⁴ foi implantado e executado no município ao qual nossa pesquisa de mestrado se refere. A busca foi feita a partir dos dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e utilizou-se dos descritores: “parcerias entre o público e o privado na educação”; “trabalho pedagógico” acrescentando entre eles o booleano “AND”, além dos critérios de inclusão e exclusão.

Dessa forma, a primeira etapa do processo de revisão é o protocolo, composto por etapas: objetivo; população, intervenção, comparação, resultado e contexto (PICOC); questão de pesquisa; palavras-chave e sinônimos; sequência de pesquisa (palavras-chave e booleanos) as fontes ou bases de pesquisa escolhidas pelo pesquisador e, por fim, os critérios de inclusão e exclusão. Dessa maneira, a revisão aqui apresentada foi realizada partindo de um protocolo para a coleta das produções científicas e posterior análise do conteúdo.

² A escolha desse período de tempo se deu pelo desejo de conhecer as produções mais recentes no meio acadêmico e que são contemporâneas do objeto de estudo desse trabalho. Último acesso em 20 de outubro de 2023.

³ O software Mendeley foi utilizado como ferramenta para a extração dos dados da plataforma Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), pois ela não disponibiliza os dados no formato BIBTex, necessário para a leitura na plataforma *Parsifal*.

⁴ Este estudo faz parte de uma pesquisa de mestrado e tem como objeto de estudo o Programa Educar para Valer em Vitória da Conquista – BA.

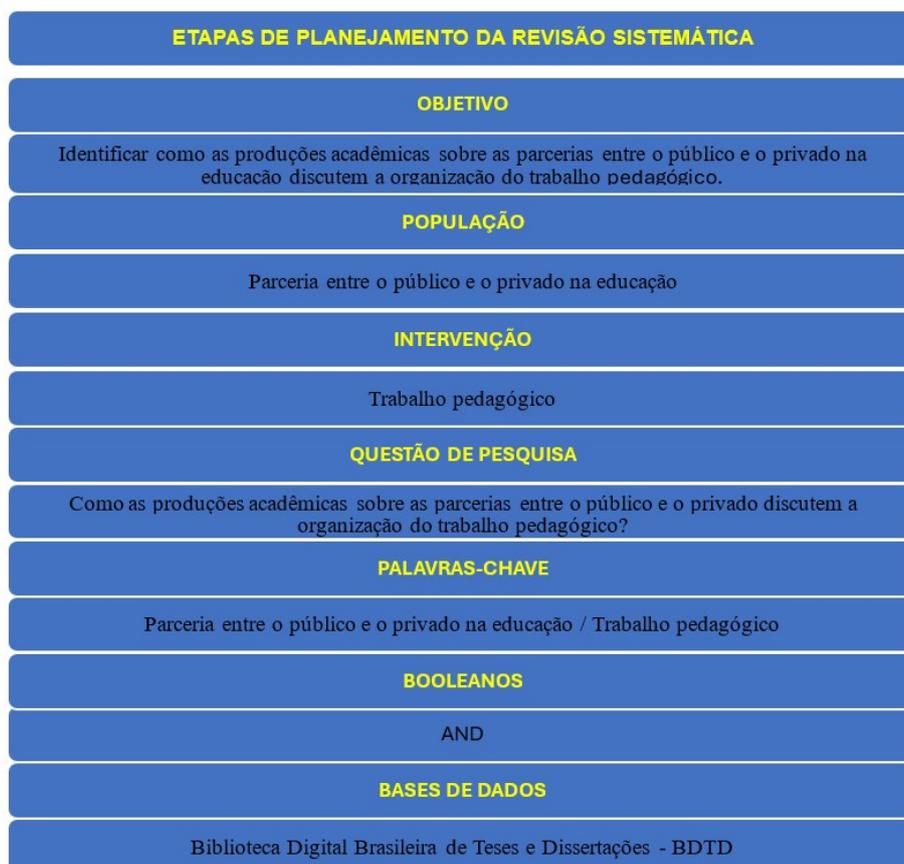
A abordagem escolhida para a análise do material selecionado foi a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977, p. 38) “a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Ou melhor explicado,

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 1977, p.42)

Compreendeu-se, assim, que a utilização dessa abordagem era o indicado para responder à questão levantada por esse trabalho, bem como para atender ao objetivo. Por conseguinte, iniciou-se a realização das etapas da análise do conteúdo obedecendo as etapas definidas por Bardin (1977): pré-análise, com a realização de leitura flutuante, escolha dos documentos, (re) formulação dos objetivos, hipóteses e formulação de indicadores; com a criação das categorias; e tratamento dos resultados com a interpretação dos mesmos.

Iniciamos o trabalho com o planejamento da revisão a partir de um protocolo construído na plataforma do software *Parsifal*, conforme figura 1.

Figura 1. Protocolo da Revisão Sistemática de Literatura



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O critério de inclusão utilizado foi: produções científicas sobre as parcerias entre o público e o privado na educação que discutem a organização do trabalho pedagógico. Como critérios de exclusão estipulamos: produções anteriores a 2018, produções duplicadas, produções incompletas, produções que não discutam as parcerias entre o público e o privado na educação e produções que não discutam educação básica.

Finalmente, os dados coletados e categorizados foram analisados conforme procedimentos que serão descritos no item a seguir.

Apresentação e análise das produções científicas

Nesta etapa de constituição do *corpus* de análise, foram utilizados os princípios definidos por Bardin (1977). O método aqui envolve a codificação e categorização sistemática do conteúdo dos dados coletados, permitindo a identificação de padrões, temas e significados subjacentes. Segundo Bardin (1977, p. 96-97), “o corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras”. Assim, após as produções serem importadas para o software *Parsifal*, iniciou-se essa etapa.

Utilizou-se das regras de *exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência*, conforme Bardin (2011). Desse trabalho, extraiu-se 109 produções científicas entre dissertações e teses e seguiu-se para a etapa de exploração do material. Nessa etapa, o primeiro critério utilizado foi o da exclusão das produções anteriores ao ano de 2018, totalizando 49 produções conservadas para análise. Em seguida, partiu-se para a segunda exclusão tendo como critério “produções duplicadas”, ficando 45 produções. Nesse momento, ao utilizar o critério de exclusão “educação básica”, foram rejeitadas⁵ 24 produções. Ainda no processo de exploração do material, após a leitura dos resumos dos trabalhos, alcançou-se um total de 19 produções, mas ainda requereu uma nova filtragem para se extrair os materiais mais apropriados para serem analisados. Destarte, após a leitura flutuante desses trabalhos, chegou-se às 13 produções, sendo 10 dissertações e 03 teses que foram então para a etapa de “tratamento dos resultados obtidos e interpretação” (Bardin, 2011).

Para cada etapa, além da utilização dos critérios predefinidos, fez-se a leitura dos resumos e, quando sentimos necessidade de ampliar a compreensão sobre a produção, lemos também as considerações finais com o objetivo de alcançar maior excelência na escolha dos trabalhos que então passariam para a análise. Foi de suma importância este processo, pois haviam sido excluídos pelo software 03 produções que traziam contribuições e conteúdos pertinentes para a compreensão do objeto de estudo com discussões atuais sobre o assunto.

⁵ Termo utilizado pelo software *Parsifal* para a classificação dos trabalhos.

As produções selecionadas são apresentadas na tabela 1, contendo os títulos e, respectivamente, o(s) autor(es), instituição, ano de defesa, bem como a representação dos trabalhos por meio de letras e números para facilitar a identificação dos mesmos, sendo, Teses (T) e Dissertação (D). Optou-se por fazer a pré-análise das produções fazendo a leitura dos resumos, destacando os objetivos, a metodologia e os resultados das mesmas.

Tabela 1. Dissertação e teses selecionadas para análise

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Codificação	Título	Autor(res)	Instituição, Ano
D1	Trabalho docente e resistência: possibilidades para uma educação transformadora	Silva, Amarilis Costa da	Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente 2023
D2	Adesão das iniciativas dos Institutos e Fundações direcionadas a educação básica brasileira às boas práticas administrativo-pedagógicas que melhoram desempenho escolar	Souza, Nathalia Francine de	Universidade Federal de São Paulo 2022
D3	O Programa Jovem de Futuro no contexto da privatização da educação em Minas Gerais: incidências sobre o currículo e a gestão escolar	Brito, Ana Paula Gonçalves	Universidade Federal de Uberlândia 2022
D4	Parceria público-privada na Rede municipal de Educação de Marmeleiro – PR: implicações para a formação continuada e organização do trabalho docente.	Nercolini, Graciela	Universidade Estadual do Oeste do Paraná 2021
D5	Adoção de sistema privado de ensino por escolas da Rede pública do Distrito Federal	Silva, Fabrícia Estevão da.	Universidade de Brasília 2020
D6	Parcerias público-privadas em educação básica: uma análise sistêmica com ênfase no fazer docente	Silva, Carolina Monteiro de Souza	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo 2020
D7	O Programa Rede de Escolas Associadas da UNESCO e suas implicações na gestão administrativa e pedagógica da escola: estudo de caso em uma escola de educação infantil da Rede Municipal de Santa Maria/RS	Machado, Sabrina Magrini Peixoto	Universidade Federal de Santa Maria 2020
D8	Parceria público privado: um estudo sobre o uso de material apostilado na educação infantil no município de Irati – PR	Czekalski, Elisandra Aparecida	Universidade Estadual do Centro-Oeste – Irati - PR 2019

D9	Políticas Educacionais na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre: Impactos sobre o trabalho docente na gestão 2017-2020	Aguiar, Filipe Ribas de	Universidade Federal do Rio Grande do Sul 2019
D10	A supervisão escolar em um contexto de empresariamento da e na educação	Pereira, Angelita Carla Alves	Universidade do Vale do Rio dos Sinos 2019
T1	A formação continuada realizada pelo coordenador pedagógico nas escolas públicas municipais de tempo integral de Ponta Grossa - PR	Kailer, Priscila Gabriele da Luz	Universidade Estadual de Ponta Grossa 2022
T2	Gestão democrática: As implicações da relação público-privada na Educação em JI-Paraná – Rondônia	Soares, Gilson Lopes	Fundação Universidade de Mato Grosso do Sul 2021
T3	A construção da relação público-privada na Educação: um estudo em municípios catarinenses	Vizzoto, Liane	Universidade do Vale do Rio dos Sinos 2018

Ao analisar os títulos e palavras-chave das produções, verificou-se que a maioria delas apresentavam palavras que remetiam ao universo do trabalho pedagógico, como: trabalho docente, administrativo-pedagógico, currículo, gestão escolar, formação continuada, organização do trabalho docente, fazer docente, supervisão escolar e gestão democrática. Tal conjunto de palavras é pertencente ao trabalho pedagógico escolar, partindo da definição de Libâneo (2018), para quem a organização do trabalho pedagógico se refere à forma como a escola e os professores estruturam o processo de ensino-aprendizagem. Isso inclui a definição de objetivos educacionais, a seleção de conteúdos curriculares, a escolha de métodos de ensino, a avaliação dos alunos e a gestão da sala de aula.

Em boa parte das pesquisas encontram-se também palavras relacionadas ao envolvimento do setor privado na educação, atingindo em seus resumos uma conceituação daquilo que se compreende sobre as parcerias entre o público e o privado, sobretudo no âmbito educacional. Assim, temos: investimento social privado, privatização da educação, parceria público-privada, empresariamento da educação, gerencialismo, relação público-privado na educação e educação mercadológica.

Em termos metodológicos, as produções são pesquisas de abordagens qualitativas, pautando-se em estudos bibliográficos e documentais, estudos de caso, entrevistas semiestruturadas e narrativas, questionários. Apenas a D5 não apresenta de forma explícita o percurso metodológico da pesquisa.

Tomando como critério a região brasileira da qual a pesquisa foi feita, temos 07 (sete) produções que discutem o tema a partir da região Sul, configurando assim, no universo selecionado para análise, um total de 54% das dissertações e teses apenas nessa região. Não foi identificada nenhuma produção científica oriundas das regiões norte e nordeste, ressaltando a necessidade de pesquisas dessas regiões, tendo em vista que em diversos municípios nordestinos e nortistas há a presença do empresariamento na escola pública.

Outro foco de análise foi o período temporal de publicação das pesquisas, constatando-se que as mesmas concentram maior produção em 2020 e 2022. Dando continuidade à nossa RSL, fizemos a categorização e análise das dissertações e teses apresentadas no próximo tópico.

Categorização das produções científicas

Em continuidade à exploração do material, a etapa de categorização “consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 1977, p. 99) e nesse processo utilizou-se de um recorte temático para a definição das categorias de análise.

Segundo Bardin (2011), os conjuntos agrupados obedecem a critérios definidos e que podem retratar as temáticas e discussões que estejam sendo feitas nas produções científicas.

Dessa maneira, buscou-se seguir os princípios de Bardin, sistematizados por Franco (2008): exclusão mútua, ou seja, um mesmo dado não pode ser incluído em mais de uma categoria; homogeneidade: buscamos que as categorias fossem abrangentes de modo que permitissem a inclusão de todos os dados e estivessem de acordo com os temas estabelecidos nas etapas anteriores da análise; pertinência: para atender a esse critério foi necessário que se fizesse uma relação entre a questão de investigação, o objetivo e a teoria durante todo o processo de estabelecimento das categorias; objetividade e a fidelidade: as categorias foram propostas de forma que fossem objetivas, ou seja, que pudessem ser aplicadas ao longo de toda a análise; produtividade: “Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos” (Bardin, 1977, p. 120-121).

A partir dos princípios acima expostos, os trabalhos foram analisados e classificados em quatro categorias. Com base nas sínteses das categorias iniciais e finais, verificou-se as análises dos agrupamentos e do que tratam cada uma no levantamento realizado. Isso ocorreu tendo em vista que, para se chegar no debate das categorias finais, as iniciais foram avaliadas à luz de suas frequências e relevâncias. Para tanto, utilizou-se da leitura dos resumos, bem como, autores que fundamentam os temas das categorias finais para se fazer a interpretação dos resultados. Sendo: Privatização da Educação, Currículo e gestão escolar, Material didático e Trabalho Docente. A categoria Privatização da Educação contém 03 trabalhos: D2, D7 e T3. Na categoria Currículo e gestão escolar, foram compreendidos 04 artigos: D3, D5, D6 e T2. A categoria Material Didático abarcou 03 estudos D4, D8 e D10 e a categoria Trabalho Docente englobou 03 textos D1, D9 e T1.

Análise das categorias

Privatização da educação

Os programas e projetos de empresas privadas que imprimem na educação uma lógica mercadológica são aqueles que se baseiam em princípios e estratégias do mercado para atuar no setor educacional. Essa abordagem pode ocorrer em diferentes níveis, desde a oferta de produtos e serviços educacionais com fins lucrativos até a adoção de práticas empresariais para promover a eficiência e a competitividade nas escolas e instituições de ensino. Segundo Freitas (2018), a educação vista como uma empresa propicia um maior controle do "aparato escolar", configurando ideologicamente a privatização da educação. Assim, conclui:

Esse é o cenário mais desenvolvido. Nele não há necessidade de que nos preocupemos com a organização em si das escolas, qualificação de professores, condições de funcionamento e outras. O mercado, através da concorrência, vai moldando (e precificando) cada proposta feita pelas empresas educacionais e cuida das condições de qualificação e oferta. Nesse caso, as provedoras de educação já são empresas, em si mesmas operando com procedimentos típicos da organização empresarial. (Freitas, 2018, p. 33)

As produções elencadas nesta categoria analisam a privatização da educação sob perspectivas díspares. D7 e T3, trabalhos oriundos de programas de pós-graduação em Educação, apontam o avanço do ideário neoliberal no campo educacional e ressaltam que a privatização da educação se materializa por meio de parcerias do setor público com o privado para realização de projetos educacionais que implicam em interferência na formulação de políticas educacionais, avanço do gerencialismo na condução da gestão educacional, adequação do currículo à lógica empresarial, adoção da avaliação externa como principal parâmetro para verificar a qualidade da educação; por sua vez, em D2, desenvolvida em um programa de pós-graduação em Administração de organizações, encontramos um discurso de validação da privatização da educação via parceria dos municípios com institutos e fundações que praticam o investimento social privado, com o intuito de melhorar a qualidade da educação medida, sobretudo, a partir dos resultados das avaliações externas.

O objetivo de D2 é “[...] identificar a adesão das iniciativas dos Institutos e Fundações direcionados a educação básica brasileira às boas práticas administrativo-pedagógicas que melhoram desempenho escolar” (Souza, 2022, s/p). A conclusão do trabalho assinala que o mesmo foi alcançado, destacando o exemplo do programa Educar Para Valer, da Fundação Lemann por demonstrar maior adesão às boas práticas administrativo-pedagógicas e por alcançar melhorias no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -IDEB (Souza, 2022). De acordo com a autora: “Quando seus resultados são comparados a média brasileira, observa-se um aumento no IDEB nos anos iniciais das

redes municipais de 0,5 sendo o avanço da média brasileira de 0,1 e de 0,4 no IDEB dos anos finais das redes municipais, sendo a média brasileira de 0,2” (Souza, 2022, p. 287).

Este é um exemplo nítido da política de regulação por resultados que: concebe a escola como um sistema de produção; busca a padronização no governo pela estatística e pelos números; centra-se nos instrumentos de avaliação dos resultados e do desempenho dos alunos; e dispõe de ferramentas de ação pública que estruturam as consequências dos resultados das avaliações dos desempenhos e da prestação de contas (Maroy; Voisin, 2013). Neste contexto,

As avaliações externas estão sendo cada vez mais utilizadas para ‘regular’ e orientar o comportamento dos atores intermediários e locais. Esse aumento da avaliação caminha junto com uma maior explicitação dos padrões curriculares e de desempenho que devem (ao menos teoricamente) sustentar as avaliações (Maroy; Voisin, 2013, p. 895).

Assim, “Os resultados das avaliações passam a guiar a vida escolar. A elevação da nota da escola é estabelecida como referência de qualidade, o que leva à ocultação do debate sobre as finalidades educativas [...]” (Freitas, 2018, p. 82). Em decorrência, ganha destaque a gestão na busca pelo aperfeiçoamento no desempenho nos testes, em vez de considerá-la uma das variáveis educacionais (Freitas, 2023). Analisando a conjuntura educacional brasileira, o autor afirma que a pressão sobre a gestão das escolas aumentará com a criação do ICMS Educação, que vinculou mais recursos financeiros aos resultados dos testes no novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB. Em suas palavras: “Por este caminho, a escola vira uma empresa que tem que ‘bater metas de vendas’ cada vez maiores e se não consegue, há que se trocar o gestor ou reestruturar o ‘negócio’ (Freitas, 2023, s/p).

Analisar o impacto do programa Rede de Escolas Associadas, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, na gestão de uma escola de Educação Infantil da rede municipal de Santa Maria/RS, é o objetivo da D7, que discute o processo de certificação e de atuação do programa em uma escola municipal. A autora constatou a influência do programa na gestão administrativa e pedagógica da escola propagando os ideais da UNESCO, como: paz mundial, sustentabilidade, direitos humanos, problemas mundiais. Além disso, averiguou-se que:

[...] a falta de financiamento por parte do programa é um grande entrave na ampliação das ações da escola, assim como a proposta de criar uma rede de educadores não garante a união das escolas e a parceria entre elas para a realização dos projetos, o que lhes relega a tarefa de buscar parcerias e disseminar os ideais da UNESCO para a comunidade. A sugestão do programa de criar parcerias entre escolas públicas e empresas privadas ameaça a relação democrática e a autonomia da escola. (Machado, 2020, s/p).

Sobre a atuação da UNESCO no Brasil, Lemos (2015) ressalta que este organismo internacional incorporou a participação social em sua agenda como instrumento da Economia Política com fins utilitaristas de governo da vida e das condutas em favor da economia e de um empresariamento do social, por meio da manipulação do ativismo político de base comunitária. Sob esta ótica, a UNESCO tem realizado uma gama de intervenções neoliberais que capitalizam as relações sociais com o objetivo de

potencializar a coesão social operacionalizada pela ética utilitarista e liberal. Neste contexto, sua atuação desde a Educação Infantil representa um investimento no governo da infância, em prol da segurança mundial e de uma cultura de paz. Assim, desde pequenas as crianças devem aprender “[...] a serem produtivas, dóceis, obedientes, submissas, investidoras e microempresárias em tudo o que fazem e pensam, sentem e vivem” (Lemos, 2015, p. 124).

Por sua vez, o objetivo de T3 é “[...] analisar os elementos que sustentam a construção das parcerias entre a administração pública e o setor privado, no campo da educação, nos municípios pesquisados. Estes municípios se situam em Santa Catarina. Os resultados indicam que:

[...] os elementos constitutivos das parcerias formam uma unidade coesa, a qual une o momento histórico de valorização dos ideais do mercado, o Estado financiador e marcado pela governança, e a fragilidade da qualidade educacional que precisa ser superada por modernas práticas e concepções educacionais, ambas construídas por sujeitos externos à escola. Entendemos que, nos elementos que colaboram para a construção da relação público-privada, o que está em jogo, em última instância, é a manutenção da ordem capitalista e a diminuição do embate entre capital e trabalho [...] (Vizzotto, 2018, s/p)

Em síntese, as pesquisas examinadas nesta categoria sinalizam a crescente interferência das relações entre o setor público e privado evidenciando um panorama complexo e multifacetado marcado pelo avanço do ideário neoliberal na educação brasileira. A este respeito, Laval (2019) pontua que, na conjuntura atual, impõe-se um novo modelo escolar que submete de maneira mais direta a escola à razão econômica. Nesta nova ordem educacional, aos poucos a escola vai perdendo sua autonomia, ao passo que a empresa é transformada em ideal normativo. Segundo Paro (2011), esta mudança da centralidade da formação do cidadão para a produtividade implica na supressão da verdadeira função da escola. Ao submetê-la à lógica do mercado, omite-se a especificidade do seu trabalho, adequando-a à estrutura das empresas privadas, produtoras de bens e serviços, que têm objetivos antagônicos aos da educação, visto que o objetivo daquelas é o lucro, enquanto o da escola é o de formar cidadãos.

Currículo e gestão escolar

Os quatro estudos que compõem essa categoria versam sobre o impacto das relações público-privadas no currículo e na gestão escolar. O objetivo de D3 foi “[...] analisar as incidências do Programa Jovem de Futuro no currículo e na gestão de escolas públicas de ensino médio mineiras no contexto atual” (Brito, 2022, s/p). Este estudo evidenciou a influência neoliberal, bem como as novas configurações do Estado que incidiram sobre o currículo e a gestão das escolas de Ensino Médio de Minas Gerais. Os valores mercantis propagados pelo Programa Jovem de Futuro, do Unibanco foram introduzidos pelo método do Circuito de Gestão, transversalizando as várias dimensões do trabalho pedagógico e intensificando as atividades dos servidores. Não há comprovação de que a inserção de tal programa tenha resultado em melhoria no desempenho dos (as) estudantes, tampouco reduzido a evasão

escolar e melhorado a qualidade da educação como almejado pelo agente privado (Brito, 2022). A interferência do Instituto Unibanco no campo educacional brasileiro, foi ressaltada por Brito (2022, s/p):

Verificou-se que o Instituto Unibanco consolidou sua influência no cenário educacional em nível nacional, atuando de forma incisiva nos processos organizativos e diretrizes operacionais do ensino médio. Dentre seus principais interesses estão o de manter a reputação do conglomerado do qual faz parte como empresas de ‘responsabilidade social’ como também garantir mecanismos de produção de subjetividades dos estudantes em consonância com a lógica gestorial empresarial.

A D5 investigou como se deu a implantação de sistema privado de ensino advindos do Projeto Acorde e do Instituto Alfa e Beto em seis escolas da rede pública do Distrito Federal. Foi constatado que esta parceria não envolveu a Secretaria de Educação do DF, sendo uma iniciativa dos gestores escolares em uma forma peculiar de parceria sem o financiamento do setor público. Os mesmos projetos estabeleceram um currículo diferente da rede de ensino, com implicações para o trabalho pedagógico das escolas e uma gestão escolar voltada para o gerencialismo.

Por sua vez, a D6 versa sobre o processo de parceria entre a empresa Shell, por meio do Programa NXplorers, e a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC/RJ). Discute em âmbito nacional a participação do setor privado na educação e a educação por competências como o “novo paradigma para a construção de currículos nacionais, dando ênfase à educação para a prática profissional[...]” (Silva, 2020, s/p). Como resultado indica que o trabalho docente é o mais impactado, ao passo que também é o que verdadeiramente contribui para a efetivação do Programa e acomodação da proposta privada para o currículo estatal.

A este respeito, Veiga-Neto (2018) destaca que o interesse dos empresários em controlar o processo pedagógico por meio do currículo deve-se ao papel central da educação na propagação do *ethos* neoliberal. Ou seja, para que o modo de vida neoliberal seja internalizado pela população de modo geral, todos devem ser educados em sintonia com o ideário neoliberal. Em suas palavras: “[...] A equação educação/ introjeção/neoliberalismo explica o motivo de várias empresas e corporações privadas promoverem e sustentarem vultosos projetos educacionais” (Veiga-Neto, 2018, p. 42). Além disso, ressaltamos com Souza (2018) que a lógica neoliberal prevê o investimento em educação tendo em vista a formação de capital humano, incidindo diretamente na vida e na subjetividade dos indivíduos.

Por sua vez, abordando o impacto da privatização da educação na efetivação da gestão democrática, em T2 foram analisadas as consequências da parceria firmada entre o Instituto Airton Senna e a educação municipal de Ji-Paraná, no estado de Rondônia, no que tange à gestão democrática do ensino. A pesquisa evidenciou que a gestão gerencialista praticada pelo Instituto impediu a efetivação de uma gestão democrática emancipatória nas escolas municipais, com a permanência da indicação dos (as) diretores (as) pelo prefeito e a adoção da gestão com enfoque gerencialista nas unidades escolares (T2).

O processo de empresariamento da escola se reflete na organização gerencial a que ela é submetida como Laval explica (2019, p. 191-192):

Ora, o que está em jogo, especialmente na reorganização gerencial da escola, não é tanto o desaparecimento da burocracia, como é muitas vezes afirmado, quanto uma nova etapa no controle do poder de gestão, o qual deve penetrar mais na definição dos conteúdos e, até, no coração das relações pedagógicas. [...] A eficácia administrativa é erigida como norma suprema até o ponto em que a ação pedagógica propriamente dita é considerada como passível de avaliação como uma produção de ‘valor agregado’. Um verdadeiro culto da eficácia e da performance se instaura, o qual dá lugar à marcação e à calibragem das ‘boas práticas’ inovadoras que deverão ser transferidas e estendidas a todas as unidades de ensino. Tudo é visto no novo discurso de modernização sob o ângulo da técnica. As dimensões políticas que implicam em conflitos de interesse, de valores e ideais, são esvaziadas. A escola é intimada a ser ‘competitiva’. Ela deve se adaptar ao desejo do usuário, segundo um procedimento de ‘serviço-cliente’.

Em suma, os trabalhos que compõem esta categoria demonstram que tanto a reformulação curricular do Ensino Médio nos moldes empresariais quanto a adoção do paradigma gerencial na gestão escolar fazem parte de um processo maior de reestruturação da educação estatal cujo objetivo é moldar os comportamentos tanto dos (as) estudantes quanto dos (as) educadores (as), reforçando a precarização da educação e seu caráter desigual.

Material Didático

Um outro aspecto da privatização da educação que afeta diretamente o trabalho pedagógico é a adoção de livros e material didático de empresas pelas redes. Esta foi a temática abordada em D4, D8 e D10. O objetivo geral de D4 foi analisar as principais implicações da adoção do sistema apostilado de ensino privado em Marmeireiro- PR por meio de uma parceria com o Grupo Positivo, para a formação continuada e organização do trabalho docente no período de 2009 a 2021. Nas considerações finais do trabalho a autora registrou que:

[...] compreendemos que a parceria entre a rede pública educacional de Marmeireiro e sistema de ensino privado Aprende Brasil reforça a Reprodução do Capital Humano mediante a Pedagogia das Competências, a qual, centrada na teoria da aprendizagem com base na epistemologia da prática, torna o professor apenas um ‘prático’, perdendo assim a autonomia do ensino e conhecimento sistematizado (Nercoline, 2021, p.115).

Em D8 o objeto de estudo foi a parceria existente desde 2001 entre a Secretaria Municipal de Educação de Irati/PR e a Editora SEFE/OPET para aquisição de material apostilado para as turmas da Educação Infantil do município. A autora concluiu que há urgência de políticas públicas municipais que discutam com seriedade o currículo para a infância com “embasamento teórico sólido e pertinente, para que o trabalho pedagógico com os pequenos seja adequado, colocando como premissa primeira o respeito à infância e suas particularidades” (Czekalski, 2019, p. 10). Além disso, ressalta que as (os) docentes (as) e as crianças são as (os) mais prejudicados na efetivação de uma educação que está muito aquém do que deveria ser.

Por sua vez, o objetivo da D10 é “[...] analisar as possibilidades do trabalho pedagógico da supervisão escolar no contexto de adesão institucional ao Sistema Aprende Brasil (S.A.B) no que tange à normatização e à regulação do trabalho” (Pereira, 2019, s/p). Neste trabalho, a autora identificou que o material e sistema advindo da parceria passou a ser o centro do processo de ensino e aprendizagem, autonomia e produção de conhecimento antes foco de reflexão e estudo da prática docente foram menosprezados, o material conduz a metodologia, reduzindo drasticamente a autonomia profissional, reverberando em desqualificação e desvalorização das políticas pedagógicas, alicerce da formação inicial e continuada dos professores. Enfim, as aulas se resumem a utilizar o material, tendo o conteúdo como centro do processo.

A atuação da iniciativa privada na produção e distribuição de livros e material didático, bem como na formação docente é preconizada pelo Banco Mundial desde a década de 1990. Assim, por meio do apostilamento, o currículo é privatizado. Sob esta ótica, o livro didático e os manuais são peças centrais do currículo, servindo como fonte de conhecimento para as (os) professoras (es), para quem a formação aligeirada e teoricamente esvaziada basta, pois com a ênfase na operacionalização do seu trabalho e com foco nos resultados que atendam às avaliações externas não é necessário/desejável ter um intelectual em sala de aula (Arce, 2001). Assim:

Retira-se definitivamente do professor o conhecimento, acaba-se com a dicotomia existente entre teoria e prática, eliminando a teoria no momento em que esta se reduz a meras informações; o professor passa a ser o balconista da pedagogia fast food, que serve uma informação limpa, eficiente e com qualidade, na medida em que, com seu exemplo, desenvolve no aluno (cliente) o gosto por captar informações utilitárias e pragmáticas (Arce, 2001, p. 262)

No caso da Educação Infantil, cabe salientar que o uso de sistemas apostilados retoma a perspectiva propedêutica e contraria as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI. As DCNEI possuem caráter mandatório e enfatizam a concepção de criança-cidadã, apregoando um currículo pautado nos saberes e experiências infantis, reconhecendo as crianças como sujeitos históricos, culturais, sociais e de direitos, valorizando a individualidade de cada uma e as suas múltiplas linguagens. Segundo as diretrizes, o eixo do trabalho na primeira etapa da educação básica deve ser constituído pelas interações e as brincadeiras (Brasil, 2009), contudo, como Rebelo, Buss-Simão e Cavalheiro (2019, p.215) ressaltam: “As linguagens e as brincadeiras, em toda sua potência na infância, são, no âmbito dos materiais apostilados, reguladas por propostas mecânicas e cerceadoras da criação, fruição, imaginação, produção cultural e expressão das crianças”.

Correa e Adrião (2014) ao analisarem apostilas destinadas à Educação Infantil desenvolvidas por empresas e adotadas em pré-escolas do município de São Paulo constataram que este material menospreza tanto o brincar quanto as interações, uma vez que a maioria dos exercícios propostos deve ser feita individualmente e não promove o brincar, pelo contrário, a brincadeira é prejudicada pelo tempo

que as crianças ficam sentadas realizando exercícios gráficos. Além disso, as autoras detectaram a antecipação de atividades próprias do ensino fundamental. Nesta perspectiva, a tendência é que o foco recaia sobre preparar as crianças para a alfabetização, seja pelo uso das apostilas como organizadoras e orientadoras do trabalho pedagógico, seja em razão do tipo de formação aligeirada acerca do uso do material que faz parte do pacote de serviços e produtos. Nesta perspectiva, o apostilamento e a padronização que ele encerra cerceiam o trabalho docente e violam o direito das crianças a uma EI com qualidade socialmente referenciada, antecipando a escolarização e ferindo os princípios elencados nas DCNEI.

Em suma, D4, D8 e D10 apontam para a submissão do trabalho pedagógico às lógicas do mercado, com destaque para a perda de autonomia do professor, a padronização do ensino e a antecipação de atividades próprias do ensino fundamental na Educação Infantil, contrariando as diretrizes curriculares nacionais.

Trabalho Docente

D1, D9 e T1, os trabalhos que fazem parte desta categoria, tratam da repercussão das relações de parceria entre o setor público e o privado na atuação e formação docente. Em D1, o objetivo é “[...] investigar a presença de ações de resistência das docentes em sala de aula com vistas a desenvolver uma educação humanizadora e transformadora” (Silva, 2023, s/p), diante das medidas gerencialistas que vêm sendo amplamente difundidas nos Brasil como as parcerias público-privadas, as avaliações em larga-escala, a construção e implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que implicam no aumento do controle do trabalho das professoras e professores e no direcionamento do ensino ao tecnicismo (Silva, 2023). A autora parte do princípio de que “A resistência docente a tais imposições pode representar uma forma de romper com a educação tecnicista” (Silva, 2023, s/p). Os resultados do estudo indicam que apesar da precariedade das condições de trabalho, as professoras têm recursos para planejar suas aulas e o seu compromisso ético com a educação foi evidenciado em suas falas. Entretanto:

[...] ao buscarem ações para enfrentar a realidade educacional, falta-lhes uma formação política, recursos teóricos para conscientizá-las sobre o contexto, de modo que exerçam uma ação de resistência. Urgente se faz, criar espaços formativos que possibilitem momentos de reflexão coletiva sobre os problemas educacionais, para que as professoras tenham uma compreensão política da realidade educacional brasileira (Silva, 2023, s/p).

O objetivo de D9 é “[...] compreender como as políticas educacionais promovidas pela gestão 2017-2020 vêm influenciando o trabalho docente na rede municipal de ensino de Porto Alegre (RMEPOA)” (Aguiar, 2019, s/p). Segundo o autor, as políticas educacionais da gestão 2017-2020 da RMEPOA incluem cessar a realização das reuniões pedagógicas, aprofundando a individualização do trabalho docente; precarizar o tempo de planejamento; exigir performance nas avaliações de larga-escala; acentuar a comparação entre as escolas estatais e não-estatais, controlar burocraticamente os (as)

professores (as) e modificar o plano de carreira diminuindo a projeção salarial do magistério (Aguiar, 2019). Em suas palavras:

Os achados desta pesquisa apontam para o desenvolvimento de políticas educacionais que não priorizam o debate e o trabalho pedagógico e que afetam o trabalho docente através de dinâmicas de intensificação e responsabilização, regulando o trabalho docente para uma transição da lógica do Estado provedor para o Estado regulador. As reformas da gestão 2017-2020 agem na reforma da subjetividade dos professores e em particular das professoras – através de dinâmicas patriarcais – atribuindo-lhes a responsabilidade por provar sua eficiência e seu merecimento por continuar existindo, purificados de ideais críticos e transformadores, voltados ao custo-benefício financeiro da educação (Aguiar, 2019, s/p).

A formação continuada é objeto da T1, que tem como um dos seus objetivos específicos “Compreender os efeitos da parceria com a Fundação Lemann na formação continuada realizada pelo coordenador pedagógico nas escolas públicas municipais de Ponta Grossa” (Kailer, 2022, s/p). A autora ressalta que o paradigma gerencial adotado na gestão das escolas públicas municipais de Ponta Grossa – PR é parte de um projeto societário amplo, guiado pelas premissas do neoliberalismo para a educação. Nesta conjuntura, como resultado da pesquisa, averiguou-se que:

[...] as formações continuadas que são desenvolvidas pelo coordenador pedagógico nas escolas públicas municipais de tempo integral de Ponta Grossa - PR têm em si um caráter prescritivo, normativo, circunscrito em competências técnicas que visam produzir uma conduta docente pautada na responsabilização dos professores e dos coordenadores pedagógicos (Kailer, 2022, s/p).

Em síntese, as pesquisas convergem para a constatação de que as relações entre setor público e privado na educação brasileira não apenas introduzem práticas gerencialistas, mas também reconfiguram profundamente o cenário educacional, impactando currículos, práticas pedagógicas e a atuação dos docentes. O neoliberalismo, ao se infiltrar no campo educacional, transforma a escola em um dispositivo de biorregulação, alinhando-se a uma lógica que busca manter a sociedade conforme sua estrutura atual. A resistência docente emerge como um contraponto, indicando a necessidade de reflexão coletiva e formação política para enfrentar os desafios impostos por essas transformações.

Neste contexto, concordamos com Catini (2024, s/p) ao afirmar que:

No âmbito da escola fica evidente que cada avanço do domínio empresarial impõe um duro revés à população trabalhadora, e compete para bloquear a construção de projetos políticos autônomos. Ao mesmo tempo, tamanha voracidade empresarial revela a importância da escola na dinâmica geral de reprodução social, e sua condição de potencial espaço estratégico de desenvolvimento das lutas sociais.

Enfim, é de suma importância que defendamos o projeto democrático de educação inscrito na Constituição Federal de 1988, em resposta aos avanços da lógica neoliberal discriminatória, excludente e desumana.

Considerações finais

A presente revisão sistemática da literatura teve o objetivo de identificar como as produções acadêmicas sobre as parcerias entre o público e o privado na educação básica discutem a organização do trabalho pedagógico escolar. Foi constatada a concentração das publicações na região Sul do Brasil indicando a necessidade de uma abordagem mais abrangente e equitativa nas investigações acadêmicas sobre esse tema, considerando as diversidades regionais do país.

Diante da análise das dissertações e teses apresentadas neste estudo, torna-se evidente a complexidade e os desafios enfrentados no cenário educacional brasileiro, marcado por políticas públicas gerencialistas e parcerias entre o público e o privado. A ascensão das ideias neoliberais, evidenciada na pesquisa, revela não apenas uma questão econômica, mas uma mudança profunda na racionalidade que estrutura as relações sociais e políticas. A interseção entre o neoliberalismo e as parcerias entre o público e o privado na educação básica, conforme abordado no estudo, ressalta a complexidade das influências políticas e econômicas na gestão educacional. A compreensão de que tais parcerias interferem diretamente na organização do trabalho pedagógico escolar sugere a necessidade de uma reflexão crítica sobre os objetivos e impactos dessas colaborações no processo educativo. Nesse sentido, o trabalho contribui para a ampliação do conhecimento sobre o tema e aponta para a importância contínua de investigações que aprofundem a compreensão das implicações das parcerias entre o público e o privado na educação básica brasileira.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F. R. de. **Políticas educacionais na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre: impactos sobre o trabalho docente na gestão 2017-2020.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

ARCE, A. Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 74, p. 251–283, abr. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 04 dez. 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 1977.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 19 fev. 2024.

BRITO, A. P. G. **O Programa Jovem de Futuro no contexto da privatização da educação em Minas Gerais: incidências sobre o currículo e a gestão escolar.** 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2023.

CATINI, C. A reforma do Ensino Médio não será instagramável: incentivo financeiro, trabalho estudantil e financeirização. **Passapalavra**, 30/03/2024. Disponível em: <https://passapalavra.info/2024/03/152302/> Acesso em: 28 de abr. de 2024

CZEKALSKI, E. A. **Parceria público privado: um estudo sobre o uso de material apostilado na educação infantil no município de Irati-PR.** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Irati/PR, 2019.

CORREA, B. C.; ADRIÃO, T. O material apostilado utilizado em pré-escolas municipais paulistas: análise de dois casos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 30, p. 379-396, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/53681>. Acesso em: 04 dez. 2023.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FARIA, D. B. **Parcerias público-privadas em educação: as organizações sociais e a gestão das escolas públicas na educação básica.** 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, L. C. **A busca da “bala de prata”:** a vez da gestão. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2023/08/15/a-busca-da-bala-de-prata-a-vez-da-gestao/>. Acesso em 10 de out. 2023.

GADELHA, S. Empresariamento da Sociedade e da Educação: O Complexo Corpo-Subjetividade do *Homo Economicus* Neoliberal, o Imperativo da Alta Performance e seus Efeitos. In: RESENDE, H. de (Org). **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação** São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes/Cnpq, 2018.

KAILER, P. G. da L. **A formação continuada realizada pelo coordenador pedagógico nas escolas públicas municipais de tempo integral de Ponta Grossa - PR.** 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering. Technical Report EBSE 2007-001, Keele University and Durham University Joint Report, 2007.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** Londrina, PR: Planta, 2019.

LE MOS, F. C. S. A UNESCO e o governo da infância por meio do capital social: problematizando práticas de segurança. In: RESENDE, H. de (Org.) **Michel Foucault: o governo da infância.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Heccus Editora, 2018.

MACHADO, S. M. P. **O programa Rede de Escolas Associadas da Unesco e suas implicações na gestão administrativa e pedagógica da escola**: estudo de caso em uma escola de educação infantil da rede municipal de Santa Maria/RS. 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2020.

MAROY, C.; VOISIN, A. As transformações recentes das políticas de accountability na educação: desafios e incidências das ferramentas de ação pública. **Educação & Sociedade**, v. 34, n. 124, p. 881–901, jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/5dgZbjXWT86KxyJy7Lt5v9r/abstract/?lang=pt#ModalHowcite> Acesso em: 28 novembro de 2023.

NERCOLINI, G. **Parceria público-privada na rede municipal de educação de Marmeleiro – PR: implicações para a formação continuada e organização do trabalho docente**. 2021. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2021.

PARO, V. H. Escolha e formação do conselho escolar. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional** (Curitiba. Impresso), v. 6, 2011, p. 36-50.

PEREIRA, A. C. A. **A supervisão escolar em um contexto de empresariamento da e na educação**. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão Educacional) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2019.

PERONI, V. M. V.; DE OLIVEIRA, C. M. B. O MARCO REGULATÓRIO E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 38-57, 2019. DOI: 10.22481/praxis.v15i31.4657. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4657>. Acesso em: 21 de ago. 2024.

REBELO, A. H. M.; BUSS-SIMÃO, M.; CAVALHEIRO, T.F. Apostilamento na Educação Infantil e os conteúdos regulatórios da infância. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n.15, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1467> Acesso em: 21 ago. 2024

SILVA, A. C. da. **Trabalho docente e resistência**: possibilidades para uma educação transformadora. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2023.

SILVA, F. E. da. **Adoção de sistema privado de ensino por escolas da rede pública do Distrito Federal**. 2020. 206 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVA, C. M. de S. **Parcerias público-privadas em educação básica: uma análise sistêmica com ênfase no fazer docente**. 2020. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SOARES, G. L. **Gestão democrática: as implicações da relação público-privada na educação em JI-Paraná-Rondônia (2015-2019)**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande – MS, 2021.

SOUZA, P. de. Modos neoliberais de governar no discurso do novo Ensino Médio. In: RESENDE, H. de (org.) **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 171-184.

SOUZA, N. F. de. **Adesão das iniciativas dos Institutos e Fundações direcionadas a educação básica brasileira às boas práticas administrativo-pedagógicas que melhoram desempenho escolar**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 2022.

VEIGA-NETO, A. Neoliberalismo e educação: os desafios do precariado. In: RESENDE, H. de (org.) **Michel Foucault: a arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018, p. 33-44.

VIZZOTTO, L. **A construção da relação público-privada na educação: um estudo em municípios catarinenses**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2018.

*Recebido em: 03 de setembro de 2024.
Aprovado em: 04 de dezembro de 2024.*